

Lulista contra bolsonarista no podcast “Cartas na Mesa”: uma análise crítica do discurso

**GIVANILDO LUCAS
SANTOS DA ROCHA**
givanildolucas.s.rocha@
gmail.com

Graduando em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão, Brasil
Bolseiro do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC - UEMA)
(nº do processo: PVC260-2024)
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-1937-2741>

**ANA MARIA SÁ
MARTINS**
anamariasapericum@
gmail.com

Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil (2014)
Professora Adjunta na Universidade Estadual do Maranhão, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6397-4190>

PALAVRAS-CHAVE:
Cartas na Mesa;
Discurso Crítico;
Ideologia;
Podcast.

ARTIGO RECEBIDO A:
19/03/2025
ARTIGO APROVADO A:
14/08/2025

RESUMO: Este trabalho analisa o *podcast* "Cartas na Mesa", vinculado ao jornal *O Estado do Maranhão*, sob a perspectiva da Análise de Discurso Crítica (ADC), de Fairclough (2001, 2003) e Van Leeuwen (1997), e estudada pelas autoras Resende e Ramalho (2006). Por meio dela, analisa as construções discursivas e ideológicas presentes no episódio “Cinco meses do governo Lula: uma lulista e um bolsonarista debatem”, com foco nos significados acional, representacional e identificacional, e explora como as dinâmicas discursivas influenciam as práticas sociais e a formação de criticidade no público. A metodologia utilizada é qualitativa pela análise de conteúdo e engloba etapas de leitura e fichamento do referencial teórico-metodológico, seleção e análise do episódio. Como resultados finais, esta pesquisa conclui que o *podcast* “Cartas na Mesa”, no contexto isolado do episódio analisado, atua como um espaço dialógico e aberto para diferenças discursivas, embora a análise de outros episódios conclua o oposto.



Lulista vs. Bolsonarista in the podcast “Cartas na Mesa”: a critical discourse analysis

**GIVANILDO LUCAS
SANTOS DA ROCHA**
givanildolucas.s.rocha@
gmail.com

Undergraduate student in Literature, State University of Maranhão, Brazil
Research Scholarship Holder, Institutional Program for Scientific Initiation Scholarships (PIBIC – UEMA), Grant No. PVC260-2024
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-1937-2741>

**ANA MARIA SÁ
MARTINS**
anamariasapericuma@
gmail.com

PhD in Linguistics, Federal University of Rio de Janeiro, Brazil (2014)
Professor at the State University of Maranhão, Brazil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6397-4190>

KEYWORDS:
Cartas na Mesa;
Critical Discourse;
Ideology;
Podcast.

ARTICLE RECEIVED ON:
03/19/2025
ARTICLE ACCEPTED ON:
08/14/2025

ABSTRACT: This paper analyzes the podcast "Cartas na Mesa", affiliated with the newspaper O Estado do Maranhão, from the perspective of Critical Discourse Analysis (CDA), by Fairclough (2001, 2003) and Van Leeuwen (1997), and studied by the authors Resende and Ramalho (2006). The research examines the discursive and ideological constructions present in the episode “Cinco meses do governo Lula: uma lulista e um bolsonarista debatem”, focusing on the actional, representational and identificational meanings, and explores how discursive dynamics influence social practices and the formation of criticality in the audience. The methodology is qualitative, using content analysis, and includes stages of theoretical-methodological review, episode selection, and detailed analysis. The study concludes that, within the isolated context of the analyzed episode, the podcast "Cartas na Mesa" functions as a dialogic and open space for discursive divergence—although an analysis of other episodes suggests otherwise.



INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surge do plano de trabalho “Cartas na Mesa – podcast: uma leitura discursivo-crítica”, que integra o projeto maior “Podcasts jornalísticos em ambiente digital: uma análise discursivo-crítica”, cujo objetivo principal foi investigar as construções discursivas e ideológicas presentes no podcast “Cartas na Mesa”, vinculado ao jornal *O Estado do Maranhão*, analisando como essas construções podem influenciar ou desestimular a criticidade do público consumidor, induzindo-os a aceitar discursos que sustentam a manutenção de estruturas desiguais de poder. Além disso, o presente trabalho buscou contribuir para o desenvolvimento de um posicionamento crítico por parte desse público, uma vez que este artigo expõe estratégias discursivas potencialmente imperceptíveis, à primeira vista, para o leitor comum; assim, o consumidor passa a dispor de instrumentos analíticos que lhe possibilitam observar os episódios subsequentes à luz das bases da análise aqui desenvolvidas.

Para fins de contextualização, o jornal *O Estado do Maranhão* foi fundado como *Jornal do Dia* e, somente em 1973, mudou sua denominação atual, consolidando-se como um dos principais veículos de comunicação do estado. Tem como proposta, segundo informações divulgadas no próprio portal, ser um porta-voz genuíno da população maranhense. Acompanhando as transformações do meio jornalístico, atualmente expande sua atuação para plataformas digitais, como *Instagram*, *X* (antigo *Twitter*), *Facebook* (*Meta*) e *YouTube*, além de integrar o portal *Imirante.com*.

A pesquisa, juntamente com os outros dois planos de trabalho que compõem o projeto, fundamentou-se nos pressupostos da Análise de Discurso Crítica (ADC), uma abordagem teórico-metodológica desenvolvida pelo linguísta Norman Fairclough (2001, 2003). A ADC,

com sua base linguística e enfoque nas dimensões sociais, ofereceu as ferramentas necessárias para a análise discursivo-crítica, permitindo identificar os efeitos causais dos textos nas práticas sociais.

Kellner (2001) reforça a importância dessa perspectiva ao apontar que, na cultura contemporânea dominada pela mídia, os meios de informação e entretenimento desempenham um papel formador, ensinando os indivíduos como pensar, sentir, no que acreditar, o que temer, desejar e rejeitar. Complementarmente, Fairclough (2003) argumenta que os textos midiáticos produzem efeitos significativos nas práticas sociais e destaca a necessidade de estimular a criticidade para resistir e transformar relações desiguais de poder que perpetuam exclusões e preconceitos, como os direcionados a mulheres, homossexuais e negros.

Com base nesses fundamentos, o projeto analisa três episódios do podcast *Cartas na Mesa*, com foco, neste recorte, no episódio “Cinco meses do governo Lula: um lulista e um bolsonarista debatem”, que investiga as construções discursivas, ideológicas e as representações sociais presentes. A escolha se justifica pela intensificação, após as eleições brasileiras de 2022, do confronto entre lulismo, ligado ao PT e pautas progressista, e bolsonarismo, reação conservadora marcada por discursos nacionalistas e liberais, polarização que aprofundou divisões sociais e impactou o debate eleitoral e as identidades políticas no Brasil.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

A Análise de Discurso Crítica (ADC) é uma abordagem teórica e metodológica voltada para investigar as interações entre discurso, poder, ideologia e sociedade. Derivada da Linguística Crítica, a ADC busca compreender como práticas discursivas – tanto na linguagem escrita quanto na oral – refletem e sustentam estruturas de poder e desigualdade social (Wodak, 2004). Seu método de pesquisa é centrado no texto, entendido de forma ampla, abrangendo documentos, discursos orais, imagens e outras formas de comunicação.

Essa análise é conduzida levando em conta os contextos histórico, social e cultural, com o objetivo de revelar ideologias subjacentes e processos de naturalização de determinados discursos. Em essência, a ADC procura compreender como certas construções discursivas moldam a percepção e a construção da realidade social, oferecendo uma base crítica para questionar e analisar as relações de poder expressas e perpetuadas pelo discurso.

A ADC tem suas raízes históricas e metodológicas nas décadas de 1970 e 1980, emergindo como uma resposta à necessidade de uma abordagem mais profunda das interações entre linguagem, poder e ideologia. Fortemente influenciada por teóricos como Michel Foucault, Thompson e a Escola de Frankfurt, a ADC teve seu desenvolvimento inicial na Europa, com contribuições significativas de estudiosos como Norman Fairclough, Teun A. Van Dijk e Ruth Wodak.

Em termos metodológicos, a ADC adota uma perspectiva interdisciplinar, combinando elementos da linguística, da teoria social e da crítica ideológica. Sua análise multidimensional vai

do nível micro, que examina escolhas linguísticas específicas, ao nível macro, que considera as condições históricas e sociais que influenciam e são influenciadas pelo discurso.

Resende e Ramalho (2006, p.28) explicam as três dimensões da Teoria Social do Discurso (Figura 1) que estão intrinsecamente relacionadas: a prática social é compreendida como uma das dimensões do evento discursivo, ao lado do texto. Essas duas dimensões são mediadas pela prática discursiva, que se concentra nos processos sociocognitivos de produção, distribuição e consumo do texto, relacionados a contextos sociais específicos, como os ambientes econômicos, políticos e institucionais. A natureza da prática discursiva varia conforme os diferentes tipos de discurso, influenciada pelos fatores sociais envolvidos.

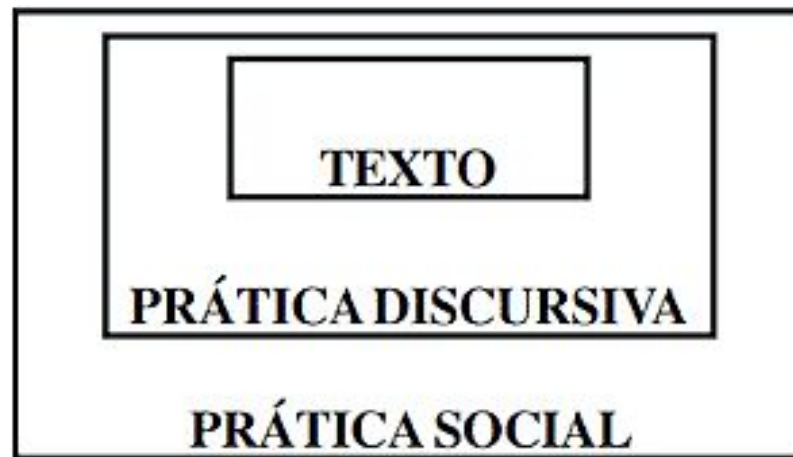


Figura 1 - Modelo tridimensional do discurso em Fairclough

Fonte - Fairclough (2001, p.101)

Para tornar mais acessível a compreensão da metodologia proposta, Fairclough e Chouliaraki organizaram sinteticamente as dimensões do discurso em categorias analíticas, conforme apresentado na Figura 2 abaixo.

Figura 2 - Categorias analíticas das dimensões discursivas

Fonte -Resende e Ramalho (2006)

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
vocabulário gramática coesão estrutura textual	produção distribuição consumo contexto força coerência intertextualidade	ideologia sentidos pressuposições metáforas hegemonia orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas

Essas categorias são oriundas da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) de Halliday, com adaptações específicas voltadas para os significados do discurso acional (herdado da metafunção textual), representacional (herdado da metafunção ideacional) e identificacional (herdado da metafunção interpessoal). Vale ressaltar que “Fairclough recontextualiza a LSF, alterando alguns pontos da teoria de acordo com seus propósitos analíticos” e propõe “uma articulação entre as macrofunções de Halliday e os conceitos de gênero, discurso e estilo [...] sugerindo os três principais tipos de significado: acional, representacional e identificacional” (Resende; Ramalho, 2006, p, 58-59).

Em uma sistematização mais recente explicitada por Fairclough (2001), mantém-se as três dimensões do discurso, porém com ênfase para a análise da prática social, e o discurso deixou de ser o centro da análise e passou a ser um momento das práticas sociais.

Considerando que essas categorias não são estáticas e as dimensões do discurso estão inter-relacionadas, os significados do discurso — *acional, representacional e identificacional* — também se interconectam, influenciando-se mutuamente. Essa dinâmica reflete a complexidade

das práticas discursivas, nas quais os significados se sobrepõem e se entrelaçam na construção de sentidos, na representação da realidade e nas interações sociais.

1.1.1. DISCURSO COMO AÇÃO: SIGNIFICADO ACIONAL

O *significado acional*, de acordo com Fairclough (2001, 2003) e Resende e Ramalho (2006), refere-se ao discurso como uma prática social que não apenas representa a realidade, mas também atua como agente ativo na transformação de outras práticas sociais. Esse significado aborda como as escolhas linguísticas e a construção dos discursos podem influenciar comportamentos, atitudes e relações sociais, destacando o papel do discurso na construção e modificação das dinâmicas sociais.

Fairclough (2001) entende o discurso como um agente de manutenção, contestação ou transformação das práticas sociais, apontando sua relação direta com o gênero textual ao qual está vinculado. Em *Analysing Discourse: textual analysis for social research* (2003), o autor explica que a escolha de um gênero textual está profundamente ligada às práticas sociais que se busca impactar. Resende e Ramalho (2006) complementam essa perspectiva ao afirmarem que:

Quando se analisa um texto em termos de gênero, o objetivo é examinar como o texto figura na (inter)ação social e como contribui para ela em eventos sociais concretos. Gêneros específicos são definidos pelas práticas sociais a eles relacionadas e pelas maneiras como tais práticas são articuladas, de tal modo que mudanças articulatórias em práticas sociais incluem mudanças nas formas de ação e interação, ou seja, nos gêneros discursivos, e a mudança genérica frequentemente ocorre pela recombinação de gêneros preexistentes (Resende; Ramalho, 2006, p. 62).

Ao aplicar essa perspectiva ao gênero *podcast*, observa-se que ele se configura como uma prática discursiva que se articula dentro de contextos sociais específicos, como o consumo de informação, entretenimento ou educação.

Do ponto de vista conceitual, Carvalho (2013, p. 6) diz que o *podcast* é “um produto transmitido via podcasting, sendo os programas em áudio ou vídeo os mais comuns em um contexto geral”. Logo, os *podcasts* são arquivos midiáticos disponibilizados na internet, geralmente por meio de sites e/ou agregadores (plataformas que armazenam e hospedam os podcasts), como aplicativos de celular ou sites específicos, nos quais o usuário pode assinar, baixar e consumir o conteúdo a qualquer momento.

O *podcast*, assim como outros gêneros discursivos, é moldado pelas práticas sociais contemporâneas, refletindo transformações nas formas de interação e comunicação mediadas pela tecnologia digital.

Como sugerem Resende e Ramalho (2006), a mudança nas práticas sociais pode acarretar modificações nos gêneros discursivos, e, no caso do *podcast*, isso se reflete em uma recombinação de gêneros preexistentes, como o rádio, o debate, a entrevista e até mesmo o formato de narração de histórias, como o *podcast* de mesa redonda, a exemplo do “Cartas na Mesa”, conforme a classificação de Sousa (2022, p. 84). O *podcast* combina essas formas de ação e interação de maneiras novas, permitindo uma comunicação mais direta, informal e acessível aos ouvintes.

Além da visão composicional do gênero, o significado acional também envolve a análise da *intertextualidade* e da *pressuposição*, que são categorias cruciais para entender como os discursos se relacionam e se constroem em contextos sociais específicos. A intertextualidade

refere-se à maneira como um texto faz referência a outros textos pela inserção de vozes (discurso direto, discurso indireto, paráfrase etc.), como apontado por Resende e Ramalho (2006, p.65-70), estabelecendo diálogos com discursos passados e presentes, influenciando e sendo influenciado por eles. Isso permite identificar como certos discursos se repetem, se modificam ou se confrontam, evidenciando as relações de poder e ideologia subjacentes.

Já a pressuposição diz respeito às informações que são dadas como verdadeiras ou assumidas no discurso sem serem explicitamente afirmadas, ou seja, são pressupostas pelo enunciador e aceitas pelo ouvinte/leitor sem margem para dialogicidade de contraste (Fairclough, 2003, p.40). Essas pressuposições revelam aspectos ideológicos e sociais implícitos no discurso, como normas culturais, crenças ou valores compartilhados, e são fundamentais para a análise crítica do modo como o discurso influencia e reforça determinadas práticas e relações sociais.

1.1.2. DISCURSO COMO REPRESENTAÇÃO: SIGNIFICADO REPRESENTACIONAL

O *significado representacional*, conforme compreendido por Fairclough, refere-se à maneira como o discurso molda os eventos e as relações sociais, representando o mundo de formas que não são arbitrárias, mas sim ligadas às posições e relações sociais dos atores envolvidos. Fairclough (2003, p.124) afirma que “diferentes discursos são diferentes perspectivas de mundo, associadas a diferentes relações que as pessoas estabelecem com o mundo e que dependem de suas posições no mundo e das relações que estabelecem com outras pessoas”.

Portanto, a *representação dos atores sociais*, tanto pelos próprios sujeitos quanto por meio do discurso, não ocorre de maneira neutra. A forma como esses atores são representados pode ser utilizada para negar ou (re)afirmar identidades, dependendo da perspectiva do sujeito que verbaliza e de sua relação com o outro. Assim, a escolha lexical e o emprego semântico no

processo de estruturação do discurso têm grande relevância, uma vez que essas escolhas influenciam diretamente a forma como as identidades e relações sociais são construídas e interpretadas. Essas questões devem ser cuidadosamente analisadas no processo de análise textual, pois estão intimamente ligadas à construção de sentidos e à dinâmica de poder que o discurso pode revelar.

O teórico Theo Van Leeuwen estabeleceu categorias de representação dos atores sociais, analisando como diferentes discursos incluem ou excluem certos grupos. Suas categorias exploram estratégias como exclusão (quando atores são omitidos do discurso), inclusão (quando são representados, mas sob perspectivas específicas) e formas de nominalização e funcionalização, que destacam aspectos identitários ou ocupacionais. Esse esquema, presente na Figura 3, permite compreender como discursos moldam percepções sociais, legitimam poderes e reforçam ideologias na linguagem verbal.

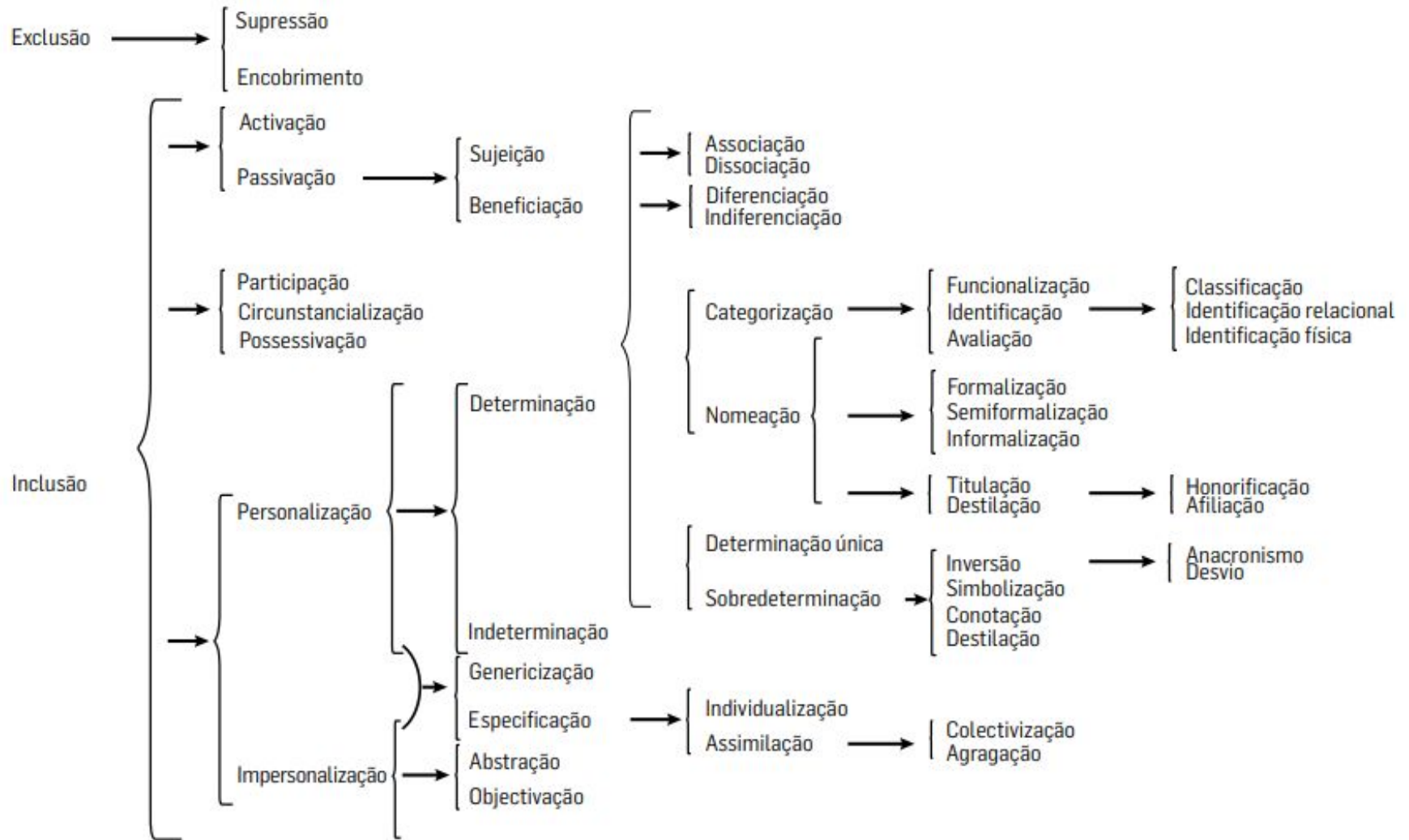


Figura 3 – Categorias de representação de atores sociais em textos verbais

Fonte - Van Leeuwen (1997)

Além da representação de atores sociais, o significado representacional também envolve a categoria da *interdiscursividade*, que se aplica diretamente ao presente estudo. A interdiscursividade refere-se à forma como diferentes tipos de discursos de distintas esferas sociais, culturais e históricas se entrelaçam e se influenciam dentro de um único texto (Resende; Ramalho, 2006). Essa categoria destaca como um discurso incorpora elementos de outros discursos, sejam eles formais ou informais, institucionais ou populares, criando um campo de significados que transcende a unidade de um único discurso ou contexto.

Um exemplo de interdiscursividade pode ser encontrado em discursos políticos, onde um líder político, ao se dirigir ao público, incorpora não apenas o discurso político formal, mas também elementos de outros discursos, como o religioso, o jornalístico e até o familiar. Por exemplo, em um discurso de um político em um contexto de crise, ele pode citar passagens bíblicas, referir-se a dados de estudos jornalísticos e também fazer analogias com situações cotidianas, como experiências familiares ou de comunidades locais. Em um caso concreto, um político poderia dizer algo como: "*Assim como uma mãe que luta por seu filho, nós, como sociedade, devemos lutar por nossa pátria. A fé e os valores que nos sustentam nos lembram que, juntos, podemos superar qualquer adversidade*" (Elaboração própria).

Aqui, o político está utilizando elementos do discurso religioso (mãe e fé), do discurso familiar (luta por um filho), além da figura de linguagem comparação, criando uma intertextualidade e interdiscursividade que fortalece a mensagem de união e superação.

1.1.3. DISCURSO COMO IDENTIFICAÇÃO: SIGNIFICADO IDENTIFICACIONAL

O último significado, o *identificacional*, segundo Fairclough (2001, 2003), está relacionado à maneira como as pessoas constroem e expressam sua identidade por meio da linguagem. Ele se refere à forma como, ao falar ou escrever, os indivíduos se posicionam, revelam quem são, suas crenças, seus valores e como querem ser vistos pelos outros no âmbito ideológico-discursivo. Dentro das categorias de análise do significado identificacional, destacam-se a *modalidade* e a *avaliação*.

A primeira categoria, *modalidade*, conforme Resende e Ramalho (2006, p. 79-80), refere-se ao grau de comprometimento com o que está sendo dito (epistêmica), podendo contribuir para a universalização ou não da ideologia apresentada. Ela está relacionada ao grau de certeza ou convicção que o(a) emissor(a) expressa em relação ao conteúdo do discurso, além de englobar as expressões de obrigação ou permissão (deôntica). Segundo as autoras, "a importância do estudo da modalidade para o significado identificacional decorre do fato de que a modalidade é vista como a relação entre o(a) autor(a) do texto e a representação" (Resende; Ramalho, 2006, p. 85). Dessa forma, o grau de comprometimento, juntamente com os níveis de obrigação e permissão, afeta a capacidade de influenciar o leitor ou ouvinte do discurso.

A categoria *avaliação* refere-se ao julgamento realizado pelo sujeito que verbaliza no discurso. Ela ocorre de duas maneiras: *afirmação avaliativa*, quando se dá por meio de adjetivos (bom, ruim, ótimo etc.) ou verbos de processo mental afetivo (gostar, odiar, amar etc.), que carregam um grau de afinidade subjetiva; e *presunções valorativas*, que se manifestam pelo juízo de valor de forma implícita, ou seja, pela interpretação do que é dito, e não diretamente pelo dito.

Um exemplo didático de presunção valorativa, excluindo-se o viés ideológico, seria: "Ela adora ajudar os outros, mas você já percebeu como essas pessoas sempre querem ser o centro das atenções?". Neste caso, a presunção valorativa está na segunda parte da frase: "como essas pessoas sempre querem ser o centro das atenções". Embora não seja afirmado diretamente, o falante sugere que quem ajuda os outros frequentemente faz isso com intenções egoístas ou de autossuficiência, deixando o julgamento negativo implícito, sem uma declaração aberta.

1.1.4. IDEOLOGIA NA CONCEPÇÃO DE THOMPSON

Para compreender o viés transformador da Análise de Discurso Crítica, é essencial entender a concepção de ideologia que ela adota, fundamentada nos pressupostos teóricos de Thompson (1995). Esse autor aborda o conceito de ideologia sob uma perspectiva crítica, afastando-se de uma visão neutra que elimina qualquer conotação negativa do termo e o reduz a uma mera crença ou sistema simbólico.

Para Thompson (1995), formas simbólicas são consideradas ideológicas apenas quando, em determinados contextos, contribuem para sustentar ou legitimar relações de dominação. Nesse sentido, formas simbólicas que contestam ou desafiam essas relações são classificadas como não-ideológicas, pois não atuam em favor da perpetuação de estruturas de poder opressivas:

Na reformulação do conceito de ideologia procuro reenfocar esse conceito numa série de problemas que se referem às inter-relações entre sentido (significado) e poder. Argumentarei que o conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas – que eu chamarei de “relações de dominação”. Ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é *sentido a serviço do poder* (Thompson, 1995, p.15-16, grifos do autor).

Um exemplo de forma simbólica contestatória e, portanto, não ideológica segundo a perspectiva de Thompson, seria o discurso de movimentos sociais que denunciam e questionam a desigualdade racial. Por exemplo: "Vidas negras importam!" Essa frase, amplamente usada em protestos, contesta a naturalização de práticas e estruturas que marginalizam populações negras. Nesse contexto, ela não busca legitimar relações de dominação, mas desafiar essas relações, expondo desigualdades históricas e promovendo a igualdade social, atuando como uma forma simbólica de resistência e transformação, em oposição a um discurso ideológico que legitimaria as desigualdades raciais.

Thompson, com o objetivo de analisar como a linguagem pode ser utilizada em prol das instâncias legitimadoras de poder, identificou modos gerais de operacionalização da ideologia. Ele dividiu esses modos em estratégias de construções simbólicas (Quadro 1), que representam mecanismos por meio dos quais formas simbólicas são empregadas para naturalizar, justificar ou sustentar relações de dominação em diferentes contextos sociais.

MODOS GERAIS DE OPERACIONALIZAÇÃO	ALGUMAS ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS
Legitimação – Relações de dominação podem ser mantidas se forem apresentadas como legítimas.	Racionalização – O falante constrói um raciocínio para mostrar que relações ou instituições sociais devem ser aceitas. Universalização – Interesses de uns são apresentados como interesses de todos. Narrativização – Exigências de legitimação inseridas em histórias do passado que legitimam o presente.

Quadro 1– Modos gerais de operacionalização da ideologia

Fonte - Thompson (1995, p.81-89)

MODOS GERAIS DE OPERACIONALIZAÇÃO	ALGUMAS ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS
<p>Dissimulação – Relações de dominação são ocultadas, negadas ou obscurecidas.</p>	<p>Eufemização – A descrição acrescenta uma valoração positiva à relação de dominação, suavizando-a.</p> <p>Tropo – É o uso de figuras da linguagem. As formas mais comuns de tropo são sinédoque, metáfora e metonímia.</p>
<p>Unificação – Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas por meio da construção de unidade entre indivíduos, independentemente das diferenças que os separam.</p>	<p>Estandardização – Formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, por exemplo, desenvolvimento de uma linguagem nacional sem levar em conta as diferenças sociais e linguísticas (p. 86).</p> <p>Simbolização da unidade – Construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas (p. 86).</p>
<p>Fragmentação – Relações de dominação são estabelecidas e mantidas por meio da segmentação de indivíduos e grupos que possam ser uma ameaça aos dominantes.</p>	<p>Diferenciação – Ênfase em características que desunem e impedem a unificação.</p> <p>Expurgo do outro – Construção simbólica de um inimigo a ser combatido.</p>
<p>Reificação – Relações de dominação são criadas e sustentadas quando uma situação transitória é apresentada como se fosse permanente, natural, atemporal (p. 87).</p>	<p>Naturalização – Criação social e histórica tratada como acontecimento natural.</p> <p>Eternalização – Fenômenos sociohistóricos são apresentados como permanentes.</p> <p>Passivização – Verbos colocados na voz passiva. Essa estratégia apaga os sujeitos e a ação, como se os acontecimentos acontecessem por si só.</p>

Quadro 1(cont.) – Modos gerais de operacionalização da ideologia

Fonte - Thompson (1995, p.81-89)



Assim, as estratégias de construções simbólicas identificadas por Thompson são essenciais para a análise de discursos, no caso desta pesquisa em *podcasts* jornalísticos, pois permitem desvendar como os enunciados reforçam ou contestam relações de poder. Ao investigar elementos como *legitimação*, *naturalização* e *fragmentação*, é possível compreender como os *podcasts* não apenas informam, mas também constroem narrativas que moldam percepções sociais e ideológicas, influenciando ativamente a audiência em suas interpretações da realidade.

2. ANÁLISE DO EPISÓDIO “CINCO MESES DO GOVERNO LULA: UM LULISTA E UM BOLSONARISTA DEBATEM”

O episódio “Cinco meses do governo Lula: um lulista e um bolsonarista debatem”¹ foi exibido em 30 de maio de 2023. Os convidados são Paulo Romão, sociólogo e ex-Secretário Adjunto da Juventude do Maranhão, e Felipe Arnon, deputado estadual e vice-presidente do PL no Maranhão. Todos os participantes do episódio são identificados na Figura 4:



1. Disponível em: https://www.youtube.com/live/_zGyMY_jp4k?si=dgnlt9uo-kznyJri.

Figura 4 – Captura de tela do episódio “Cinco meses do governo Lula: um lulista e um bolsonarista debatem”

Fonte - YouTube, 2025

Para fins dessa pesquisa, foram transcritos os seis fragmentos abaixo, priorizando as falas do convidado Filipe Arnon, tendo em vista que o propósito principal da ADC é investigar como discursos hegemônicos são articulados. As falas de Romão são respostas diretas às falas anteriores de Arnon (ou vice-versa), como os fragmentos (III) e (IV) e (V) e (VI):

(I) ARNON: Sou militante de rua, né? Um dos coordenadores do primeiro e o maior movimento do Maranhão, que é a União da Direita Maranhense, aonde a gente tem defendido sempre as bandeiras, alicerçado naquilo que o nosso eterno Presidente, Jair Messias Bolsonaro, vem defendendo, que é Deus, Família, Pátria e Liberdade (3min22seg – 3min43seg).

(II) ARNON: Eu caracterizo como os cinco primeiros meses de um desgoverno [...] A gente viu também o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dizendo que não era abortista, inclusive com o TSE fazendo retiradas de posts nas mídias sociais, e, logo em seguida, no mandato, ele faz a retirada do Brasil da Declaração em Defesa da Vida. A gente viu que ele não entregou aquilo que prometera em campanha, que era picanha e cervejinha. Muito pelo contrário, o aumento que ele deu foi de 18 reais no salário mínimo [...] é um governo aonde ele beneficia apenas apadrinhados políticos (5min15seg – 6min34seg).

(III) ROMÃO: O maior acerto do Governo Lula é a política social, é você constituir uma rede de proteção social que permita que as pessoas tenham o mínimo pra viver. Aí não vamos longe, nós tamo saindo de uma era tenebrosa no país, chamada Era Bolsonaro, Felipe, que não sei se você lembra, em que a fila do osso era o que tinha de mais escandaloso [...] o Governo Bolsonaro simplesmente tirou todo e qualquer cobertura social e política, e as pessoas de fato passavam fome [...] o volume quantificado de brasileiros e brasileiras que dormem sem ter o que comer, uma única refeição (25min10seg – 26min1seg).

(IV) ARNON: Não há preocupação nenhuma em relação ao Lula com as pessoas que vivem à margem da sociedade, as pessoas que não têm o que comer. Sabe por quê, Romão? Porque o Bolsonaro conseguiu triplicar o Bolsa Família, que hoje é Bolsa Família e, no Governo Bolsonaro, era Auxílio Brasil. E isso aí também, Romão, é preciso deixar claro: não é nenhuma matéria exclusiva do PT. Isso veio no Regime Militar, não ditadura como tem lá na Venezuela. [...] Aumentou a titularização de terras, principalmente para as mães negras, e aí a gente consegue explicar por que o MST está invadindo tanta terra nesses primeiros meses, mais do que no primeiro ano de gestão do Governo Bolsonaro. É impossível, Romão, a gente negar quem explora a pobreza como capital político (33min01seg – 34min11seg).

(V) ARNON: Porque o que o MST faz, isso sim é terrorismo. Embora seja ilegal, embora seja fora da lei, é apoiado pelo Governo Lula [...] o Governo Federal incentiva a invasão da propriedade privada, porque esquerdista não é a favor da propriedade privada, esquerdista defende invasão de terra. [...] A única chance de um sem-terra ter um lar, ter uma terra produtiva, é da forma que o Presidente Bolsonaro fez: o maior programa de regularização fundiária, dando uma titulação para dona Maria, dando a titulação da terra para seu José, porque ali é uma garantia dela de que não vai ser nem dos movimentos petistas e também nem vai ser motivo de moeda de troca para novas invasões. (1h7min28seg – 1h10min12seg).

(VI) ROMÃO: Pra tornar o discurso mais bonito, mais enfeitado, é sempre dizer as coisas pela metade [...] a propriedade privada, ela não é absoluta, ela pode, sim, ser alvo. Não é por nenhum devaneio esquerdista, não, isso tá na Constituição, né? A terra improdutiva tem que ser alvo de desapropriação. Então assim, todos os governos, sucessivamente, contribuíram de algum modo, pouco ou muito, pra reforma agrária no país. [...] hoje o MST é o maior produtor, um dos maiores produtores de arroz orgânico do mundo, sabe? Coisa que o agronegócio não

consegue ser, nem produzir alimento assim [...] se tem uma pauta na qual a direita gofa, essa pauta é o MST. Não compreende o que significa o movimento, não sabe, não conhece a luta do MST (1h10min26seg – 1h11min46seg).

Para a análise dos significados *acional*, *representacional* e *identificacional*, bem como das categorias de *intertextualidade*, *representação de atores sociais*, *interdiscursividade*, *modalidade* e *avaliação*, foram selecionados, entre os seis listados, dois que se mostraram mais adequados a cada categoria de análise, conforme os objetivos deste trabalho.

2.1. ANÁLISE DO SIGNIFICADO ACIONAL

Para a análise do significado acional na categoria de intertextualidade, foram selecionados os fragmentos (IV) e (VI).

No fragmento (IV), Arnon estabelece uma intertextualidade discursiva histórica, ao citar o Regime Militar como origem de políticas sociais de redistribuição de renda. Esse resgate tem o efeito de recontextualizar o discurso da esquerda, sugerindo que programas, como o Bolsa Família, não são criações do PT, mas partem de uma trajetória política mais ampla associada ao movimento direitista. Nesse mesmo fragmento, a pressuposição aparece quando ele afirma que "o Bolsonaro conseguiu triplicar o Bolsa Família", implicando que governos anteriores não teriam expandido o benefício da mesma forma, além de não citar diretamente a fonte de informação.

Sugere-se que, para uma compreensão mais acurada das associações estabelecidas por Arnon, o sujeito consumidor possua conhecimento prévio das explicações históricas apresentadas a seguir, a fim de identificar, de forma mais imediata, as estratégias empregadas.

Segundo informações disponíveis no site do Jusbrasil, de fato, as idealizações de programas sociais de transferência de renda surgiram no período compreendido como Governo Provisório (1930-1945), de Getúlio Vargas, e foram ainda mais desenvolvidas durante o Regime Militar (1964-1985), ou Ditadura Militar, também de Vargas:

Também nos anos 1970 iniciam-se as primeiras reflexões a respeito da possibilidade de criação de programas de transferência de renda no Brasil como alternativa às estratégias de combate à pobreza tradicionalmente adotadas no país, como por exemplo a distribuição de gêneros alimentícios (Jusbrasil, 2015).

A confusão sobre o período histórico e seu impacto na fala de Felipe Arnon está centrada na figura de Getúlio Vargas, que é simultaneamente percebido por historiadores como um ditador de direita anticomunista que restringiu liberdades, e como “o pai dos pobres” defensor de direitos, conforme destacado por André Nogueira (2020):

Assumindo o governo do RS, Vargas inicia um importante movimento de oposição ao governo federal, exigindo o fim da corrupção esquemática do sistema eleitoral e expansão do direito às mulheres, defendendo o uso do voto secreto [...] Completamente derrotados, os comunistas criam um ar de desconfiança na população, que começa a temer um novo levante de sucesso. Vargas, articulador que era, percebe um espaço em que pode reassumir o papel de unificador e controlador da situação nacional. Se utilizando de um famoso plano falso de tomada do poder, o Plano Cohen, articula um movimento de restauração de governo no ano anterior ao fim de seu mandato. Articulado com o Exército, ele dá um golpe em seu próprio governo e assume a presidência interina do país, agora como ditador (Nogueira, 2020).

Assim sendo, nota-se que o propósito de Felipe Arnon é justificar sua contranarrativa que desmistifica a relação entre pautas sociais e o movimento esquedista, à medida que atua na humanização da direita política.

Seguindo-se a análise, no fragmento (VI), Romão mobiliza uma intertextualidade discursiva jurídica, ao referir-se à Constituição para prescrever a desapropriação de terras improdutivas. Esse resgate normativo insere seu argumento dentro de um discurso oficial e legítimo, defendendo-se da acusação de que a reforma agrária seja uma pauta meramente ideológica. O Art. 186 da Constituição Federal define o que configura uma propriedade rural que cumpre seu papel social:

I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (Brasil, 1988).

Dessa forma, ao recorrer ao texto constitucional, Romão não apenas reforça a legitimidade de sua argumentação, mas também desloca a percepção do leitor sobre a reforma agrária, afastando-a do campo das disputas ideológicas e inserindo-a no âmbito jurídico e normativo.

2.2. ANÁLISE DO SIGNIFICADO REPRESENTACIONAL

Para a análise do significado representacional, nas categorias de interdiscursividade e representação de atores sociais, foram selecionados os fragmentos (I) e (V).

A partir da perspectiva da interdiscursividade, o fragmento (I) evidencia a articulação entre diferentes discursos na construção da identidade do locutor Felipe Arnon e na legitimação de

sua posição política. Essa interdiscursividade se manifesta, sobretudo, na retomada de formulações discursivas historicamente vinculadas a ideologias conservadoras e autoritárias, como o lema "Deus, Família, Pátria e Liberdade". Esse enunciado resgata referências a regimes como o Estado Novo de Getúlio Vargas e a Ditadura Militar, além de estabelecer conexões com a extrema direita contemporânea, especialmente o bolsonarismo.

Além do *discurso político conservador*, o trecho mobiliza o *discurso religioso*, ao evocar Deus como um dos pilares centrais da ideologia defendida. Esse elemento alinha-se à tradição do conservadorismo cristão, que busca legitimar valores morais específicos na esfera pública e política. Outro ponto relevante é a interdiscursividade com o *discurso militar e nacionalista*, presente na noção de "Pátria" como um valor absoluto e na referência a Bolsonaro como "nosso eterno Presidente". Essa formulação não apenas reforça a autoridade do ex-presidente dentro do grupo político de Arnon, mas também se conecta a discursos que deslegitimam o atual governo de Lula e promovem a ideia de continuidade simbólica de Bolsonaro no poder.

Do ponto de vista teórico, no enquadre de Thompson (1995), a construção desse lema interdiscursivo se qualifica como uma dissimulação por sinédoque, a exemplo do emprego de "família", uma vez que a palavra não se refere apenas à instituição familiar como um espaço de convivência, mas sim ao modelo de família tradicional, com moralidade sexual específica (heterossexual e monogâmica) e relações de gênero específicas (como o papel do homem e da mulher). Há, então, a utilização de substantivos gerais para se referir a conceitos/sentidos específicos.

Quanto à representação de atores sociais, é preciso salientar que, contemporaneamente, a palavra "militante" tem sido empregada para caracterizar sujeitos politicamente engajados em

causas sociais, sindicais e estudantis, frequentemente associados ao campo progressista. No entanto, no contexto do fragmento, a militância é reivindicada por um "ativista de direita", o que sugere uma tentativa de equiparação entre as práticas de mobilização política dos dois espectros ideológicos. Essa ressignificação demonstra como a direita contemporânea busca consolidar sua identidade enquanto movimento popular e combativo que atua nas ruas e disputa espaços tradicionalmente ocupados por movimentos sociais de esquerda.

Analisando-se o fragmento (V) pela categoria de representação dos atores sociais, há uma alta incidência das categorias propostas por Van Leeuwen (1997), como mostrado a seguir. Primeiro, no que diz respeito à ativação e passivação, o MST é representado como agente ativo por meio do verbo "faz" e da atribuição direta de ações negativas: "isso sim é terrorismo", associando o movimento à ilegalidade e ao perigo. De mesmo modo, o Governo Lula aparece como um ator ativo que "apoia" e "incentiva", sendo posicionado como cúmplice da ilegalidade, enquanto o Governo Bolsonaro, por outro lado, é apresentado como agente ativo de ações positivas, sendo responsável pelo "maior programa de regularização fundiária".

Seguindo-se a análise, Felipe Arnon, ainda no fragmento (V), constrói representações tanto generalizadas quanto individuais: o MST e os esquerdistas são determinados e nomeados de forma generalizante, criando uma identidade homogênea e negativa para esses grupos, enquanto os beneficiários da regularização fundiária sob Bolsonaro são individuados e personalizados por nomes fictícios, como "dona Maria" e "seu José".

No final, quando beneficiados pelo governo Bolsonaro, são nomeados como sujeitos de direito ("ter um lar, ter uma terra produtiva"), transformando a categoria em algo positivo. Essa estratégia traz proximidade e humanização, contrastando com a desumanização do MST.

2.3. ANÁLISE DO SIGNIFICADO IDENTIFICACIONAL

Para a análise do significado identificacional, nas categorias de modalidade e avaliação, foram selecionados os fragmentos (II) e (III)

No fragmento (II), observa-se *uma alta modalidade epistêmica* em caráter afirmativo, ainda que o uso de certos modalizadores não contribua para a generalização, como o verbo "caracterizo", em "Eu caracterizo como os cinco primeiros meses de um desgoverno", que marca uma subjetividade como se fosse uma constatação objetiva.

Essa marcação subjetiva também está presente no uso de "a gente" em "A gente viu também o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dizendo que não era abortista" e "A gente viu que ele não entregou aquilo que prometera", pois o uso de "a gente" reforça a construção de um testemunho coletivo, atribuindo autoridade ao enunciado, mas sem retirar sua subjetividade. Isso porque pode não se tratar de um fato objetivo universalmente verificável, e sim da experiência de um grupo específico (a gente/nós) que se posiciona a partir dessa visão.

Para que essa construção se realizasse melhor do ponto de vista modal epistêmico, seria necessário impessoalizar o agente da percepção pela categoria de impessoalização de Van Leeuwen (1997, p.219) como "viu-se", em que o pronominal impessoal "se" faz com que o foco da ação (o ato de ver) se concentre no evento ou na situação, e não no sujeito que realiza a ação. Isso retira a responsabilidade direta do agente, tornando o enunciado mais genérico e dificultando a identificação de quem está realizando a ação de ver, enquadrando-se numa estratégia de passivação no quadro teórico de Thompson (1995), em que as ações ocorrem por si só.

Em relação à avaliação, Felipe Arnon se utiliza do substantivo “desgoverno” para realizar uma avaliação negativa categórica do governo, indicando desorganização e incompetência. Utiliza, também, avaliações implícitas pelo uso da ironia, como em “picanha e cervejinha”, em que o diminutivo reforça o tom sarcástico, tornando a crítica mais ácida e simplificando o discurso político de Lula, tornando-o trivial diante de questões mais complexas (como economia, saúde e educação). A ironia está em tratar essa promessa com seriedade suficiente para ser um critério de avaliação.

Quanto ao fragmento (III) na modalização, há uma *modalidade epistêmica alta* marcada pelo grau de certeza, como em " O maior acerto do Governo Lula é" e "O Governo Bolsonaro simplesmente tirou toda e qualquer cobertura social", sem marcação direta de pessoalização do sujeito falante (verbos na primeira pessoa do singular). O uso do verbo "é" no presente do indicativo reforça essa certeza, em vez de modalizações que abririam espaço para questionamento (como "poderia ser" ou "parece ser"). A frase "é você constituir uma rede de proteção social que permita que as pessoas tenham o mínimo pra viver" expressa um dever moral implícito (modalidade deontica), sugerindo que essa rede de proteção não é apenas desejável, mas necessária para garantir a dignidade humana.

Em outro trecho do fragmento, a expressão "nós tamo saindo de uma era tenebrosa" traz um tom de certeza sobre uma mudança histórica, eliminando qualquer possibilidade de interpretação diferente sobre o período anterior, mas com uma marcação subjetiva (“nós”), que pode se referir tanto à população brasileira total quanto à visão adotada por Romão e seu movimento político esquerdista.

Ainda na fala de Paulo Romão, "o volume quantificado de brasileiros e brasileiras que dormem sem ter o que comer" apela para a factualidade e a objetividade numérica, sugerindo que os dados concretos confirmam a gravidade da situação. A estratégia discursiva aqui é transformar a fome em um dado inquestionável, afastando interpretações subjetivas ou ideológicas sobre o tema, embora não se concretize pela falta do valor numérico claro e fonte de informação, sustentando-se no princípio da obviedade empírica, pois a fome é um problema social amplamente conhecido e observado.

No que tange à avaliação, Romão, no fragmento (III), estabelece juízos categóricos que se sustentam em uma dicotomia entre o bom (Lula) e o ruim (Bolsonaro). A primeira frase já estabelece um juízo categórico: "O maior acerto do Governo Lula é a política social", em que a escolha do superlativo "maior" reforça a ideia de que essa ação não é apenas benéfica, mas a mais importante entre todas. O discurso caracteriza o período anterior ("Era Bolsonaro") como "uma era tenebrosa", uma expressão carregada de julgamento negativo, visto que "Tenebroso" remete a algo sombrio, caótico ou até opressor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar o *podcast* "Cartas na Mesa" sob a perspectiva da Análise de Discurso Crítica (ADC) e seus significados do discurso, investigando como as construções discursivas e ideológicas influenciam as práticas sociais e a formação da criticidade do público. Para tanto, utilizou-se os pressupostos teóricos de Fairclough (2001, 2003), Van Leeuwen (1997) e Resende e Ramalho (2006).

Ao longo deste estudo, observou-se o embate entre o discurso político de direita e o discurso político de esquerda, caracterizado pela construção de uma dicotomia entre o bom e o ruim. A

análise das representações dos atores sociais, a exemplo do MST, constata que os atores sociais são representados pelos referidos discursos de acordo com os objetivos de cada posicionamento ideológico, bem como a análise da modalidade permite constatar possíveis falhas na argumentação. Acredita-se que, ao analisar e expor as estratégias discursivas presentes no episódio estudado, contribuiu-se para o desenvolvimento da criticidade do público, ao oferecer, de maneira didática, um modo para a análise dos futuros episódios não contemplados.

Esta análise conclui que “Cartas na Mesa” contribui para a construção de um espaço de debate entre diferentes interdiscursos vinculados a discursos hegemônicos e de resistência. Tal constatação poderá ser aprofundada com análises de outros episódios, já realizadas e ainda a serem publicadas, associadas à aplicação da *Gramática do Design Visual*, revelando um cenário mais abrangente. Nesse contexto, há indícios de que a proposta de criar um ambiente neutro oculta, na realidade, a priorização de determinados discursos e representações.

Assim, entende-se que este estudo oferece contribuições relevantes para a compreensão das dinâmicas discursivas no contexto do *podcast*, ao evidenciar como diferentes vozes e posicionamentos são articulados e hierarquizados. Ao mesmo tempo, abre-se espaço para novas investigações que adotem uma perspectiva mais global da problemática, contemplando não apenas a análise de outros episódios, mas também a observação de gêneros midiáticos diversos que circulam na era tecnológica, principalmente no que tange aos embates entre posições de esquerda e de direita.

REFERÊNCIAS

Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 fev. 2025.

Carvalho, P. M. de. (2013). *Procedimentos de construção de podcasts: o caso NerdCast*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Chouliaraki, L.; Fairclough, N. (1999). *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edimburgo: Edinburgh University Press.

Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UNB.

_____. (2003). *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge,

IMIRANTE.COM. (2023). *Cinco meses do governo Lula: um lulista e um bolsonarista debatem sobre*. YouTube. Disponível em: <https://imirante.com/noticias/sao-luis/2023/05/30/ipolitica-cinco-meses-do-governo-lula> . Acesso em: 21 out. 2024.

Jornal O Estado do Maranhão. Disponível em: <https://imirante.com/oestadoma>. Acesso em: 24 set. 2024.

Jusbrasil. (2015). *O programa Bolsa Família: o que é, como funciona e quais seus impactos*. [s.l], Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-programa-bolsa-familia/226980068>. Acesso em: 10 mar. 2025.

Kellner, D. (2001). *A Cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: EDUSC.

Van Leeuwen, T. (1997). A representação dos atores sociais. In: PEDRO, Emília Ribeiro. (Org.) *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. pp.169-222. Lisboa: Caminho.

Nogueira, A. (2020). *Pai dos pobres e anticomunista: os dois lados de Getúlio Vargas. As aventuras na história*. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/historia-anticomunista-pai-dos-pobres-os-dois-lados-de-getulio-vargas.phtml>. Acesso em: 11 mar. 2025.

Resende, V. de M.; Ramalho, V. (2006). *Análise do Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto.

Sousa, J. S. L. de. (2022). *Produção e gestão de podcast: um guia de adoção para as organizações*. Dissertação (Mestrado Profissional em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

Thompson, J. B. (1995). *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes.

Wodak, R. (2004). De que trata a ADC - um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso - LemD, Tubarão*, v.4, p.223-243. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/linguagem_discurso/article/view/297. Acesso em: 15 set. 2024.

